



v. 11, n. 1 – 2022 – ISSN 2316-395X – DOSSIÊ

Entrevista¹

Ívina Flores²

A arquivologia no Brasil foi estabelecida com diferentes matrizes teóricas de numerosos autores estrangeiros. Pode-se afirmar, segundo Ívina Flores, que a Arquivologia Brasileira é miscigenada em sua constituição e desenvolvimento. A arquivista, nesta entrevista, debate alguns pontos importantes sobre o processo histórico e social da Arquivologia, suas interfaces com a Tecnologia da Informação e a formação dos arquivistas no contexto de gestão de arquivos digitais.

GMS: Vamos iniciar nossa conversa abordando as suas origens familiares, local de nascimento, profissão de seus pais, como foi a sua infância, juventude e como a sua trajetória pessoal implicou as suas escolhas profissionais.

ÍF: Sou brasileira filha de um paraibano (Souza – PB) com uma gaúcha (Porto Alegre – RS). Meu pai se mudou para Brasília criança, quando meu avô foi viver o sonho de Juscelino Kubitschek: construir a nova capital. Minha mãe se mudou, já mais velha, em busca de melhores oportunidades de trabalho e estudo. Tenho muito orgulho da minha história e de minhas origens. Meus pais lutaram muito para vencer e para me oferecer uma boa educação. Ambos são professores de Matemática: meu pai se especializou em TI e se concursou em uma autarquia federal; minha mãe seguiu na docência até a aposentadoria. Ambos sempre me inseriram em momentos históricos e representativos de Brasília. Fui “cara pintada” nos anos 90, participei de algumas posses de presidentes, frequentávamos muitas manifestações populares. Somos uma família bem “militante” (risos). Eu prefiro dizer que somos preocupados com as questões sociais que envolvem o coletivo. Recentemente me

¹ Entrevista realizada por Giane Maria de Souza. Giane é doutora em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Representante do setor de patrimônio material no Conselho Estadual de Cultura de Santa Catarina (CEC/SC). É uma das coordenadoras do Grupo de Trabalho de Patrimônio da Associação Nacional de História (ANPUH/SC). Especialista cultural – educadora do Arquivo Histórico de Joinville (AHJ).

² Graduada em Letras – Tradução (2006) e Arquivologia (2010) pela Universidade de Brasília (UnB). Pós-graduada em Gestão Arquivística de Documentos, Mestre (2015) e Doutora (2021) pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCINF) da UnB. Pesquisadora na área de Epistemologia e História da Arquivologia, com ênfase na trajetória e delimitação dos princípios arquivísticos e os desdobramentos destes na gestão arquivística de documentos digitais. Membro do Comitê CE 14:000 da ABNT para tradução de normas de gestão de documentos. Atualmente é servidora do Ministério da Saúde no cargo de Tecnologista em Ciência e Tecnologia (Gestão da Informação e do Conhecimento), ocupando a função de Chefe da Seção de Apoio Institucional e Articulação Federativa.

mudei para o Rio Grande do Sul por questões de trabalho, já que sou uma trabalhadora do SUS no momento pandêmico, os estados precisaram de reforços!

GMS: Fale-nos um pouco sobre a sua família, casamento e filhos. Uma vida de doutoranda com as responsabilidades familiares não é fácil. Como você concilia esse cruzamento das duas estruturas, família e academia?

ÍF: Sou casada com uma mulher, então, tenho uma linda e cheirosa esposa, que também é arquivista. Temos um filho de 6 anos, o João, que já diz que ama os arquivos. Uma curiosidade sobre nós é que, quando nos casamos, saímos os três do cartório e fomos fazer uma visita técnica no Arquivo Público do Estado (APERS). Melhor lua de mel, para nós, não há! As responsabilidades familiares em um lar homoafetivo com mulheres são muito mais equalizadas, uma vez que não há as disparidades trazidas pelo machismo estrutural. Sobre conciliar tudo.... bem, quem me conhece sabe que eu sou meio hiperativa. Sou bastante agitada; dizem que sou rápida na execução das minhas atividades. Então, naturalmente, tenho a tendência de fazer muitas coisas ao mesmo tempo (risos). Por outro lado, me vejo organizada com meu tempo e disciplinada. Quando estabeleço uma meta não paro até alcançar. O doutorado, por exemplo, foi uma meta mirada em 2011. Trabalhei para finalizá-la seguindo um plano de estudo e um cronograma rígido.

GMS: Como foi a sua formação acadêmica, seus projetos e interesses de pesquisas, graduação, mestrado e doutorado?

ÍF: Sou graduada em Letras – Tradução (2006) e Arquivologia (2010) pela Universidade de Brasília (UnB). Mestre (2015) e Doutora (2021) pelo PPGCINF/UnB. Desde a graduação estudo as questões históricas e epistemológicas da Arquivologia com ênfase no Princípio da Proveniência. Em 2015, já servidora federal, fui designada a trabalhar com implantação de sistemas. Nesse período, me vi obrigada a estudar e entender os pontos de contato entre a Arquivologia e a Tecnologia da Informação. Desde então, conjugo as duas áreas de estudo.

GMS: Você trabalha atualmente no Ministério da Saúde (MS), quais são as suas responsabilidades técnicas lá? Como é trabalhar em um ministério que teve uma atuação fundamental no caso da pandemia da Covid-19?

ÍF: Aqui no Ministério ocupo o cargo de Tecnologista em Ciência e Tecnologia com especialidade em gestão da informação e do conhecimento. Atuo na Superintendência do Ministério do Rio Grande do Sul (SEMS/RS). Trabalhamos com a articulação entre as instâncias do SUS (estados e municípios), respondendo ao princípio da descentralização. Destaco dois grandes momentos da pandemia: o recebimento de 100 pacientes com Covid de Manaus e Rondônia. O sistema estadual no Norte entrou em colapso. As demais unidades federativas se uniram para cuidar dos pacientes. Conseguimos o incrível marco de devolver todos os pacientes vivos para as respectivas famílias. Foi bastante emocionante e emotivo. Estávamos diariamente acompanhando os boletins médicos de cada um desses pacientes e torcendo pela recuperação deles. Outro marco da pandemia, para nós, foi o trabalho de recebimento e distribuição de vacinas. Até janeiro de 2022 recebemos e entregamos para o estado todos os lotes de vacinas. Ver as vacinas chegando, em março de 2021, trouxe esperança. Recebemos o primeiro lote, e dois dias depois minha avó de 95 anos foi vacinada. Porém presenciamos muitas situações tristes. Equipes exaustas, médicos desesperados. Chegamos a marcas de 130, 140% de ocupação de leitos de UTI. Vocês não têm ideia da agonia que é pensar que alguém vai morrer sem atendimento. Foi um período triste e continua sendo. A pandemia não acabou, e há muitas notícias falsas sobre ela circulando.

Infelizmente, trabalhamos no SUS lutando não apenas por saúde coletiva e vidas, lutamos contra forças contrárias que estão dentro do próprio governo federal. Seguimos firmes. Eu tenho muito respeito e orgulho pelo SUS e por todos os seus trabalhadores e vou defendê-los onde estiver.

GMS: Você possui parcerias históricas com a Associação de Arquivistas de Santa Catarina (AAESC). Eu fiz um curso com você, há uns dois anos, intitulado Gestão de Documentos Arquivísticos Digitais e participei do Programa de Mentoria. Primeiramente gostaria de saber sobre essa sua parceria com a AAESC e como você pontua a importância da organização dos arquivistas em uma instituição de classe, para projetos de formação e organização profissional.

ÍF: Acredito nos movimentos que são movidos pelas coletividades, então sempre que posso doo meu tempo e meu conhecimento para esses grupos. Não seria diferente para o associativismo arquivístico. Não tenho interesse em compor diretorias de associação, mas acredito ser um dos meus deveres sociais contribuir com a manutenção dessa força coletiva. Sempre que posso, me organizo e ofereço meu trabalho para as associações. Assim aconteceu com a AAESC e também com a AARS. Tenho um carinho especial pela AAESC, por conhecer as meninas da diretoria. Foi em um evento da AAESC que conheci minha esposa, então tenho uma relação até mesmo afetiva com tal entidade. O movimento das associações de Arquivologia e arquivistas no Brasil funciona desde os anos 70, quando da criação da AAB. Já passou por muitos altos e baixos e configurações diferentes. Vejo que o movimento precisa de reforços e esforços. As associações já conquistaram muita coisa para a Arquivologia Brasileira; o CNA é um evento organizado por associações. Precisamos sempre de espaço coletivo de interesse comum cujo objetivo se volte para a visibilidade dos arquivos, da Arquivologia e dos arquivistas.

GMS: Durante o desenvolvimento do curso Gestão de Documentos Arquivísticos Digitais, você defendeu que os arquivistas e os profissionais que trabalham com arquivos devem construir pontes com as tecnologias de informação, e mais do que compreender os mecanismos, vocabulário e os processos tecnológicos para a construção das políticas de gestão. Gostaria que você nos explicasse essa defesa.

ÍF: Diante de um cenário em que tecnologias estão latentes e pungentes não devemos nos omitir desse movimento mundial rumo à incorporação de novas tecnologias. A Tecnologia da Informação, a Ciência de Dados e outras áreas correlatas são áreas que lideram essas novas frentes de transformação digital e digitalização de serviços e estratégias. Sabendo que é um movimento mundial e uma tendência que não vai parar, por que não construiríamos pontes de diálogos? Não faria sentido, não é mesmo? Então defendo que precisamos andar de mãos dadas com a TI e nos apropriarmos dos métodos e técnicas deles. O caminho inverso dificilmente vai acontecer. A aproximação entre arquivos e TI é muito saudável e nos colocará, aos poucos, em posições estratégicas, pois também seremos profissionais necessários para o uso e a implantação de tecnologias.

GMS: Santa Catarina, por exemplo, é um estado que possui uma grande quantidade de arquivos municipais, realidade distante do restante do país. Contudo os arquivos são criados institucionalmente a partir de colecionismos e doações, mas muitas vezes sem o acompanhamento e uma organização técnica de um profissional arquivista; o caso do Arquivo Histórico de Joinville (AHJ) é um exemplo dessa questão. Muitos profissionais passaram pela sua história institucional nos seus 50 anos, mas com apenas três arquivistas em seu quadro técnico, se formos analisar, foram mais anos sem um profissional arquivista do que com. Como enfrentar essa realidade ainda presente nos nossos arquivos municipais?

ÍF: Políticas públicas que funcionem. É preciso sensibilização da alta gestão dos estados e municípios de maneira que compreenda a relevância e a importância dos arquivos, que têm função social e se caracterizam como um serviço público essencial. Sinto falta de políticas federais que “obriguem” estados e municípios a implantarem a Política Nacional de Arquivos, prevista na Lei n.º 8.159/1991. Temos o Sinar, mas ele na atualidade é inexistente.

GMS: Recentemente, em um *podcast* do programa de extensão Eccoa³ – Arquivologia Fora da Caixa – você defendeu a importância de os arquivistas e profissionais dos arquivos conhecerem os teóricos clássicos do campo da Arquivologia, como uma área de conhecimento classificada em Ciências Aplicadas, em que se encontram os cruzamentos teóricos da Arquivologia e suas aplicabilidades técnicas, considerando os contextos teóricos de pensamento de Hilary Jenkinson (1882-1961), Luciana Duranti (1951), entre outros.

ÍF: A Arquivologia tem um caráter social, uma vez que trata do documento de arquivo, que é o reflexo da sociedade na qual ele se insere. Não obstante, o documento é criado em um *continuum* espaço-temporal que lhe concede características únicas de criação. A Arquivologia também acompanha as movimentações sociais e utiliza critérios sociais para certas aplicações técnicas. Vejam a macroavaliação, que tem como parte de seus pressupostos o estudo das demandas sociais situadas em um tempo e espaço político institucional. Vejam o modelo australiano do Record Continuum, que utiliza um modelo do sociólogo Giddens para representar seus ciclos de identificação e reconhecimento do documento. Então, sim, não há dúvidas de que somos Ciências Sociais Aplicadas e somos muito próximos da Sociologia. Como um todo, a Arquivologia Brasileira, em termos teóricos, se construiu com base na Arquivologia Internacional. Por exemplo, usamos o fundo de arquivo (França) associado à teoria das três idades (EUA). No mundo dos documentos digitais, temos a cadeia de custódia, que tem como base conceitual a imparcialidade e a autenticidade jenkinsoniana (Reino Unido) somadas à Diplomática Digital, de Luciana Duranti (Canadá). Não obstante, empregamos a teoria da valoração documental descrita por Schellenberg (EUA) e analisamos as tipologias e descrevemos os arquivos tal como Heredia Herrera (Espanha) recomenda. Em suma, nossa Arquivologia é diversa. Gosto de falar que, assim como o povo brasileiro, temos nossa brasilidade arquivística, nossa base é miscigenada.

GMS: Ainda sobre a aplicação técnica da Arquivologia, temos como referência no Brasil ainda a tabela de temporalidade das três idades dos documentos arquivísticos: documentos correntes, intermediários e permanentes. Você costuma fazer uma análise interessante sobre tal questão, ao afirmar que a França, país de origem dessa divisão classificatória, já aboliu essa perspectiva há tempos. Quais são as outras metodologias e orientações que existem dessa tabela de temporalidade tripartite que seriam mais adequadas para as políticas públicas?

ÍF: A teoria das três idades é um desdobramento teórico da Teoria do Ciclo Vital, que pode ser aplicada em outros moldes. Pode-se instituir um ciclo de classificação e avaliação por meio de fases funcionais. A macroavaliação avalia por meio de aspectos históricos, funcionais e políticos. Cada lugar no mundo terá seu próprio modelo de avaliação. A teoria das três idades não é uníssona e foi deixada por alguns países, como o Canadá nos anos 90, mesmo período em que a instituímos no Brasil, pela Lei n.º 8.159/1991. Ouso dizer que essa teoria já está desatualizada, tendo em vista os documentos digitais e as configurações das instituições contemporâneas.

³ Trata-se de uma iniciativa dos alunos e do curso de Arquivologia da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

GMS: Você possui um artigo científico problematizando o protagonismo do Arquivo Nacional (AN) nas políticas arquivísticas nacionais. Qual o papel do AN e do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq) ante as políticas atuais?

ÍF: O AN seria a instituição responsável pela implantação da política nacional de arquivos por meio do Sinar e com auxílio do Conarq. No entanto percebemos que o AN, apesar da minha defesa da importância e do protagonismo dele, se voltou nos últimos anos apenas ao Siga. Essa inércia aconteceu por muitos motivos que ultrapassam o AN. Tivemos muitos cenários políticos diferentes e muitas mudanças de direção nos últimos 10 anos, por exemplo.

GMS: Gostaria que você fizesse uma análise do arcabouço legal que orienta a Arquivologia no Brasil, desde a criação da Lei n.º 8.159, de 8 de janeiro de 1991, Lei de Arquivos, o Decreto n.º 4.073, de 3 de janeiro de 2002, que dispôs sobre as políticas nacionais, Conarq e o Sistema Nacional de Arquivos. Por que no Brasil existe uma dificuldade de se fazer cumprir a legislação das políticas culturais? E por que alguns governos possuem medo do direito ao acesso à informação, Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011, e de implantar a gestão documental arquivística do executivo e legislativo?

ÍF: Isso aqui é papo para um mestrado seguido de um doutorado. Acho que há colegas pesquisadores da área que falam disso melhor que eu (risos). Sugiro lerem as teses de Chico Cougo e de Evelin Mintegui. O que posso dizer sobre a legislação é que, como um todo, ela não é aplicada. Há uma grande lacuna entre as normas, as realidades, os cenários e a aplicação. Sabemos que, de maneira geral, os arquivos recebem poucos recursos para a execução de suas tarefas.

GMS: Ainda sobre a legislação, no governo atual o Arquivo Nacional e o Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural (IPHAN) foram constantemente atacados em seus princípios éticos e trajetórias institucionais. Gostaria que você analisasse esses ataques ao patrimônio histórico, arquitetônico, artístico, natural e arquivístico.

ÍF: Bem, observamos nos últimos anos ataques graves à liberdade de expressão, ao patrimônio cultural, artístico, documental etc. Trata-se de ação orquestrada para enfraquecer a nação. Em guerras, os primeiros locais atacados são aqueles que representam a identidade de um povo. Um povo sem identidade é um povo sem história, sem contexto. Então, ainda que de maneira velada, nossa identidade vem sendo apagada e “desmemorizada”. Os ataques são diários e de diversas maneiras, desde uma *fake news* até mesmo com a retirada de técnicos de cargos estratégicos, sendo estes ocupados por indicações políticas. Observamos também uma crescente e cada vez mais constante “pessoalização” das ações públicas. Aqueles que são indicados politicamente para cargos utilizam impressões pessoais e opiniões para embasar suas decisões (ignorando a técnica e ciência). Nesse movimento, vemos os serviços públicos sendo orientados a opiniões e visões que não representam a nação como um todo. Como consequência, escutamos alguns absurdos como “bandido bom é bandido morto”, “rosa para meninas, azul para meninos”, “é bom que o pobre não pode ir para Miami”, “é só uma gripezinha”... Obviamente que o fato descrito vai respingar em todas as áreas da sociedade, e aquelas que historicamente já são negligenciadas entram em vias de desmonte e extinção.

GMS: Como é possível compreendermos a Arquivologia no nosso cotidiano? Como os professores do ensino fundamental e médio podem trabalhar a Arquivologia pela sua aplicação prática nos conteúdos curriculares interseccionando a realidade de extramuros escolares?

ÍF: Sendo bem sincera, não acho que os professores saibam o que é e para que serve a Arquivologia. Eles estão bastante ocupados ministrando suas respectivas disciplinas e tendo de gerenciar o caos de uma sala de aula e ainda lutar pela educação brasileira. Essa aproximação padece de problema estrutural maior e mais amplo. O Brasil não possui em seus costumes o zelo pelos arquivos, pela história, pela memória. Obviamente que esse *modus operandi* se reflete na estrutura educacional e formativa. Também não acredito que a população geral tenha essa noção. Em contrapartida, os arquivos públicos fazem um ótimo trabalho nesse sentido. Muitas ações educativas trazem escolas para o arquivo. Sinto falta de arquivos públicos com um ar mais turístico, de maneira que a população tivesse como passeio de fim de semana visitar os arquivos. Talvez precisamos de políticas públicas sobre isso e maior apoio no sentido de fomentar a veia cultural e educativa dos arquivos.

Porto Alegre, 11 de março de 2022